



CAMINHANDO PARA A COIHOE QUE QUEREMOS

**MUTIRÃO FLORESTAN FERNANDES
E JOSÉ MARIA AMARAL
AUTOGESTÃO E MORADIA**

SÃO PAULO

EXPEdIENTE:

Texto escrito por: Daniele Assis Ribeiro, Evaniza Rodrigues,
Maria das Graças Xavier, Silmara Ferreira.

Fotos de acervos: Assessoria de Comunicação da UMMSP

Projeto gráfico original: Periferia

Diagramação e revisão de textos: Coletivo Arte em Movimento

Contato da experiência:

UMMSP - União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
www.sp.unmp.org.br

Contato da série:



Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais

Endereço: SC/Sul, Quadra 03, Bloco A, nº 79 – Edifício

João Paulo II, Brasília (DF), 70303-903

Fone: (+55) 61 3322-0155

Site: caisassessoria.org.br

Apoio:



Parceria:



Disponível em:

www.sp.unmp.org.br

www.altofalante.info

www.altoparlante.org

www.caisassessoria.org.br

A CIDADE QUE QUEREMOS

A extrema desigualdade econômica e social do Brasil no meio urbano está expressa na forma desigual da ocupação do solo urbano, no acesso aos benefícios produzidos na cidade, na segregação socioterritorial, no caos urbano a que está submetida grande parcela da população que sofre os efeitos diretos da degradação ambiental e em inúmeras situações da violação da dignidade humana.

Para enfrentar os graves problemas urbanos, nas últimas décadas as entidades que atuam no campo do direito a cidade no Brasil têm cumprido um papel importante de mobilização popular, participação social, proposições de legislações, enfrentamento jurídico para efetivação dos direitos e na democratização da cidade e das políticas urbanas, com experiências concretas para que as populações em situação de vulnerabilidade social tenham melhores condições de vida e as cidades sejam mais justas e sustentáveis.

No entanto, essas relevantes experiências nem sempre são registradas e disseminadas. Consequentemente, não são reconhecidas na sociedade em geral, nem mesmo entre os parceiros que atuam nas mesmas problemáticas.

Esta série de registros “Caminhando para a cidade que queremos” nasceu dos encontros sobre os desafios urbanos entre os parceiros da Misereor que atuam no campo do desenvolvimento urbano e direito a cidade. Seu objetivo é contribuir na comunicação de práticas urbanas, na troca de aprendizagens e na reflexão sobre ações futuras.

Cada publicação finaliza com alguns “passos sobre a cidade que queremos”, que são questões centrais extraídas da atuação em cada caso concreto traduzidas em resultados ou desafios.

“PARTICIPAR DO MUTIRÃO DE AUTOGESTÃO É COMO CONSTRUIR UM SONHO. QUANDO VOCÊ COMEÇA, A VIDA FICA MAIS CLARA. VOCÊ PASSA A ENTENDER COMO FUNCIONA A SOCIEDADE E ENTÃO CRESCE COMO PESSOA.

NUM MUTIRÃO, TUDO TEM QUE SER NO COLETIVO, NINGUÉM FAZ NADA SOZINHO. DO ALICERCE AO TELHADO, TUDO É UM PROCESSO NO QUAL TODOS SE DOAM E APRENDEM. MAS NEM TUDO SÃO FLORES, O CANSAÇO E A ANGÚSTIA, ÀS VEZES, NOS TENTAM A DESISTIR, MAS O SONHO E A ESPERANÇA DE TER NOSSA MORADIA DIGNA NOS FAZEM LEVANTAR SEMPRE. ENFIM, SIGNIFICA PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UM SONHO.” (TÂNIA XAVIER)

MUTIRÃO FLORESTAN FERNANDES
E JOSÉ MARIA AMARAL
AUTOGESTÃO E MORADIA

SÃO PAULO



Mulheres da
periferia em
defesa da
ÁGUA



Uma habitação diferente

A autogestão na habitação corresponde a ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área se dá com o controle da gestão dos recursos públicos e das obras pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo a produção de sua habitação como forma de ter direito a moradia adequada. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica, da forma de construção até a compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária.

Na autogestão, verifica-se a criação de uma alternativa de gestão e organização popular, sendo que as decisões são tomadas autonomamente pela associação, que congrega os participantes daquele mutirão e gerencia todo o processo de construção. Essa forma de atuação consiste não apenas na construção de moradias ou urbanização, mas na construção da vida comunitária e da busca por qualidade de vida de grupos organizados a partir de movimentos populares.

Os mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes

Dois dos projetos que têm mostrado de modo concreto esse processo inovador são os empreendimentos José Maria Amaral e Florestan Fernandes, que estão sendo executados por 396 famílias de baixa renda, filiadas à União dos Movimentos de Moradia e ao Movimento Sem Terra Leste 1, financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades – MCMV-E. Os empreendimentos mostram que a autogestão é diferenciada se comparada com a produção habitacional tradicional feita pelos governos por meio de empresa construtora. Os empreendimentos têm uma participação de mão de obra mutirante, na gestão e na formação social e política das famílias, que é o diferencial no processo de construção.



DESDE 2004, O GOVERNO FEDERAL CRIOU UMA LINHA DE FINANCIAMENTO DESTINADA A ASSOCIAÇÕES CÍVIS SEM FINS LUCRATIVOS, POR MEIO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CHAMADA CRÉDITO SOLIDÁRIO. EM 2009, NO MARCO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV), FOI CRIADO O MCMV-ENTIDADES. ESSES DOIS PROGRAMAS REPASSAM RECURSOS PARA OS MOVIMENTOS PRODUZIREM HABITAÇÃO POPULAR E ADMITEM O REGIME DE AUTOGESTÃO.

A UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO E A UNIÃO NACIONAL DE MORADIA POPULAR TÊM SIDO PROTAGONISTAS NA CONSTRUÇÃO DOS PROGRAMAS JUNTO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES E À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, APRESENTANDO PROPOSTAS DE MELHORIA DOS PROGRAMAS E APOIANDO OS MOVIMENTOS FILIADOS NA VIABILIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS. ESSE PROGRAMA TEM SOFRIDO CORTES E ATÉ PARALISAÇÕES DESDE MAIO DE 2016.



A participação das famílias acontece em todas as etapas construtivas dos empreendimentos, indo desde a concepção e compra da terra para a execução do projeto, discussão do projeto da unidade habitacional, produção do empreendimento até a entrega das unidades. Todos os processos de construção de moradia de interesse social também vêm acompanhados do trabalho técnico social, que teve início desde a formação do grupo, da busca do terreno e do financiamento, que acontece durante a obra e após a entrega das unidades habitacionais, tendo como objetivo o fortalecimento coletivo das famílias.





COMPARTILHAR AS
RESPONSABILIDADES
ENTRE TODOS



Nesses projetos, as famílias formaram comissões temáticas para que pudessem gerir o processo administrativo da construção. Esses grupos de comissões foram sendo desenvolvidos antes do início da obra, de forma a atender às necessidades não só da obra, mas das famílias durante o processo construtivo.

São exemplos de comissões:

1. Compras – para cuidar dos orçamentos da obra.
2. Prestação de contas – para acompanhar as despesas da obra e informar as famílias.
3. Socioeducativo – para cuidar e desenvolver atividade com os filhos dos mutirantes.
4. Saúde – para avaliar as condições de saúde das famílias para trabalhar na obra.
5. Cozinha – para fazer a alimentação dos mutirantes nos períodos de obra.
6. Obra – para organizar as atividades/tarefas dos mutirantes na obra.
7. Acompanhamento de obra – para acompanhar as visitas do agente financeiro em dias de medição.
8. Representantes de empreendimento – para acompanhar as movimentações financeiras, bem como o andamento da obra.
9. Prevenção de acidente – para acompanhar a segurança dos mutirantes nas atividades de obra que acontecem aos finais de semana, entre outras.

Nesse período, temos diversos processos na obra, tais como reunião de coordenação, que acontece aos sábados com representantes das comissões, entidade, assessoria técnica da obra e equipe técnica social para tratar de assuntos da obra, as atividades dos mutirantes na obra e também sobre diversos temas relacionados ao território e questões administrativas que dizem respeito a todos. Essa reunião é um espaço de discussão e encaminhamentos consultivos e deliberativos após consulta e discussão em assembleia.

Aos domingos, as famílias continuam suas rotinas de atividades na obra, com a diferença que nesse dia ocorre também o trabalho social com as famílias. Com estruturação de eixos temáticos previstos em um plano de trabalho social que visa à organização das famílias nas diversas atividades dos empreendimentos, elas são divididas em três grupos de trabalho para garantir um período de descanso para um grupo à medida que os outros trabalham.



“NO TRABALHO DO MUTIRÃO, EXISTE UMA ORGANIZAÇÃO COM AS COMISSÕES PARA DIVIDIR AS TAREFAS. NO INÍCIO DA OBRA, EU FAZIA PARTE DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR A PRESENÇA DAS FAMILIAS NA OBRA. PARTICIPEI DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E DA COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO EMPREENDIMENTO, QUE CUIDA DO FINANCEIRO.” (ZELINA PEREIRA DOS SANTOS)



PARTICIPAR NA CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS

Além da mão de obra mutirante no processo de autogestão, participam do processo construtivo algumas pequenas empreiteiras locais contratadas, que realizam atividades durante os dias da semana, além de outros serviços especializados. Visando garantir a importância das famílias nos processos que envolvem a obra, no último domingo de cada mês é realizada a assembleia com os empreendimentos. É nesse momento em que todas as famílias estão reunidas que são dadas informações sobre as despesas da obra através da comissão de prestação de contas, sobre a obra por parte da assessoria técnica, sobre a entidade, os técnicos sociais e os coordenadores das comissões. A assembleia é a maior instância deliberativa no processo de autogestão. Nesse momento, as maiores decisões são tomadas de forma coletiva e democrática.

CONQUISTAS ATRAVÉS DA AUTOGESTÃO

Muitas dificuldades estão sendo superadas na defesa da autogestão. Esses empreendimentos, por exemplo, avançaram na discussão da aquisição antecipada do terreno, sendo os primeiros empreendimentos a conseguir a primeira “compra antecipada” no Brasil, antes mesmo de desenvolver os projetos habitacionais. Antes disso, para contratar o financiamento, o movimento precisava desenvolver e aprovar o projeto das moradias antes da aquisição da área, o que levava a custos e riscos enormes para as famílias. Após a luta dos movimentos, conseguimos que o programa adquirisse o terreno e financiasse a elaboração de projeto para depois contratar a fase de obra.

A autogestão também tem possibilitado unidades de 56 m², bastante superior aos 42 m² previstos no programa e com qualidade superior aos produzidos pelas empresas de construção. O conjunto habitacional é constituído de oito torres e apresenta dois elevadores por prédio, desmistificando a questão do elevador para famílias de baixa renda, dando uma melhor qualidade no aproveitamento da área. O conjunto conta ainda com um centro comunitário para atividades e projetos sociais.

“SOU MUITO SONHADORA. FOI ATRAVÉS DO SONHO QUE SAÍ DA MINHA PEQUENA CIDADE, ITAPETINGA, NA BAHIA, E VIM ESTUDAR E MORAR EM SÃO PAULO. E, NESSA PERIFERIA DA ZONA LESTE, INICIEI MINHA MILITÂNCIA NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E CONHECI O MOVIMENTO SEM TERRA LESTE 1. JÁ FAÇO PARTE DESSE MOVIMENTO HÁ 20 ANOS, CONSTRUINDO ALICERCES NA LUTA POR MORADIA DIGNA E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DAS MULHERES. FOI ATRAVÉS DO MOVIMENTO QUE ME FORMEI EM SERVIÇO SOCIAL E SOU ASSISTENTE SOCIAL TRABALHANDO EM UMA ONG COM COMPROMISSO COM A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS COM DIGNIDADE PARA AS PESSOAS.”

(SIMARA FERREIRA DA SILVA)

“É UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA: NOVAS AMIZADES, BASTANTE CONHECIMENTO DE UMA MANEIRA GERAL, PRINCIPALMENTE QUANDO É UM MUTIRÃO COM AUTOGESTÃO. NOVAS CONQUISTAS, UM NOVO APRENDIZADO QUE NOS DEIXA MAIS FORTALECIDOS PARA AS LUTAS COTIDIANAS. SE TIVESSE QUE COMEÇAR TUDO DE NOVO, COM CERTEZA EU O FARIA.”

(SEBASTIÃO DE JESUS SOUZA)

O empreendimento conta com recursos do governo federal e um aporte do governo do estado de São Paulo. O valor será 95% subsidiado, com o pagamento mensal de cada unidade habitacional por família limitado a 5% da renda declarada na Caixa Econômica Federal, sendo esse limite fixado em R\$ 1.600,00. Após 10 anos, cada família terá a escritura de sua habitação.

Se os governos e o mercado dizem que a autogestão não funciona, esses empreendimentos são provas concretas de que é possível construir moradia de qualidade com a participação das pessoas. Se o mercado diz que o lucro financeiro é prioridade, esses empreendimentos mostram que o lucro pode ser revertido na maior qualidade da vida nas cidades.



“ATRAVÉS DO MST LESTE 1, ADQUIRI MUITO CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO COLETIVO DE MUTIRÃO. CONQUISTEI MEU APARTAMENTO COM 58 M², DOIS QUARTOS, SALA, COZINHA, LAVANDERIA E SACADA, LOCALIZADO NO 7º ANDAR, SENDO QUE O PRÉDIO TEM ELEVADOR. PARA MIM, É UMA GRANDE CONQUISTA, PORQUE JAMAIS CONSEGUIRIA ATRAVÉS DO MEU SALÁRIO.”
(ZELINA PEREIRA DOS SANTOS)

“QUANDO EU ENTREI NO MEU APARTAMENTO COM MEUS FILHOS, MINHA FILHA DISSSE: ‘MÃE, NOSSA CASA É LINDA!’. E EU FIQUEI MUITO ORGULHOSA POR TER CONSTRUÍDO ISSO COM MINHA LUTA E COM MINHAS MÃOS.”
(FERNANDA KELLY)

DE ONDE VEM A IDEIA DA AUTOGESTÃO?

A autogestão em habitação surge em oposição a um mercado imobiliário no qual predomina a lei da oferta e da procura, como uma solução inovadora no processo de produção de habitação social, que visa atender às classes populares, contrapondo-se a um mercado imobiliário que prioriza o lucro.

A autogestão no Brasil teve origem nas experiências vividas no Uruguai e vem sendo trabalhada com os diversos movimentos populares no processo de produção de habitação social.

O mercado imobiliário constrói, vende, lucra e reconstrói para manter o sistema. E os beneficiários seguem o mesmo comportamento desse mercado. Na autogestão, constrói-se, não se vende, e o lucro é uma habitação para uma família e uma nova mentalidade social, porque nesse processo não basta construir, mas mostrar às famílias a sua importância na construção e transformação da sociedade.

A proposta autogestionária propõe a melhoria das capacidades econômica, social e política dos setores populares. Além disso, a ação autogestionária empodera a comunidade, qualificando sua interlocução, e a prepara para os enfrentamentos com o poder público.



UMA INICIATIVA PARA DEFENDER POLÍTICAS PÚBLICAS

A formação do grupo para a ação coletiva vai trabalhar com a valorização de conceitos, como participação, ajuda mútua, saber popular, solidariedade e utopia, como motivadores da ação. A autogestão se opõe à noção do acesso ao direito a moradia como simples acesso ao mercado habitacional, ao contrário que preconiza o neoliberalismo: se o trabalhador tiver renda e o mercado imobiliário fornecer o “produto” moradia em escala, não é necessária a ação direta do Estado. Os movimentos populares defendem as políticas públicas e se opõem a essa visão neoliberal de acesso aos direitos da moradia, saúde, educação por meio mercadológico.

Todo esse processo construtivo, no qual a moradia não é mercadoria, tem enfrentado um mercado que visa ao lucro, às burocracias e impedimentos de um sistema que não acredita na transformação através da participação direta dos cidadãos nos processos de decisão.

“O MAIS IMPORTANTE QUE EU CONQUISTEI FOI A CONSCIÊNCIA DA LUTA. É EXTRAORDINÁRIO VOCÊ ENTENDER QUE VOCÊ PODE CONQUISTAR SUA MORADIA PELA LUTA. QUE VOCÊ PODE QUESTIONAR O PODER PÚBLICO PARA CONQUISTAR O SEU DIREITO. A IDEIA DO MUTIRÃO COM AUTOGESTÃO É BASEADA NA IDEIA DE QUE AS FAMÍLIAS TOMEM POSSE 'NA PRÁTICA' DO DIREITO A MORADIA DIGNA, PARTICIPANDO DESDE O DESENHO DO PROJETO, FORMAS DE ORGANIZAÇÃO EM OBRA, TOMANDO DECISÕES NO COLETIVO.” (FERNANDA KELLY)

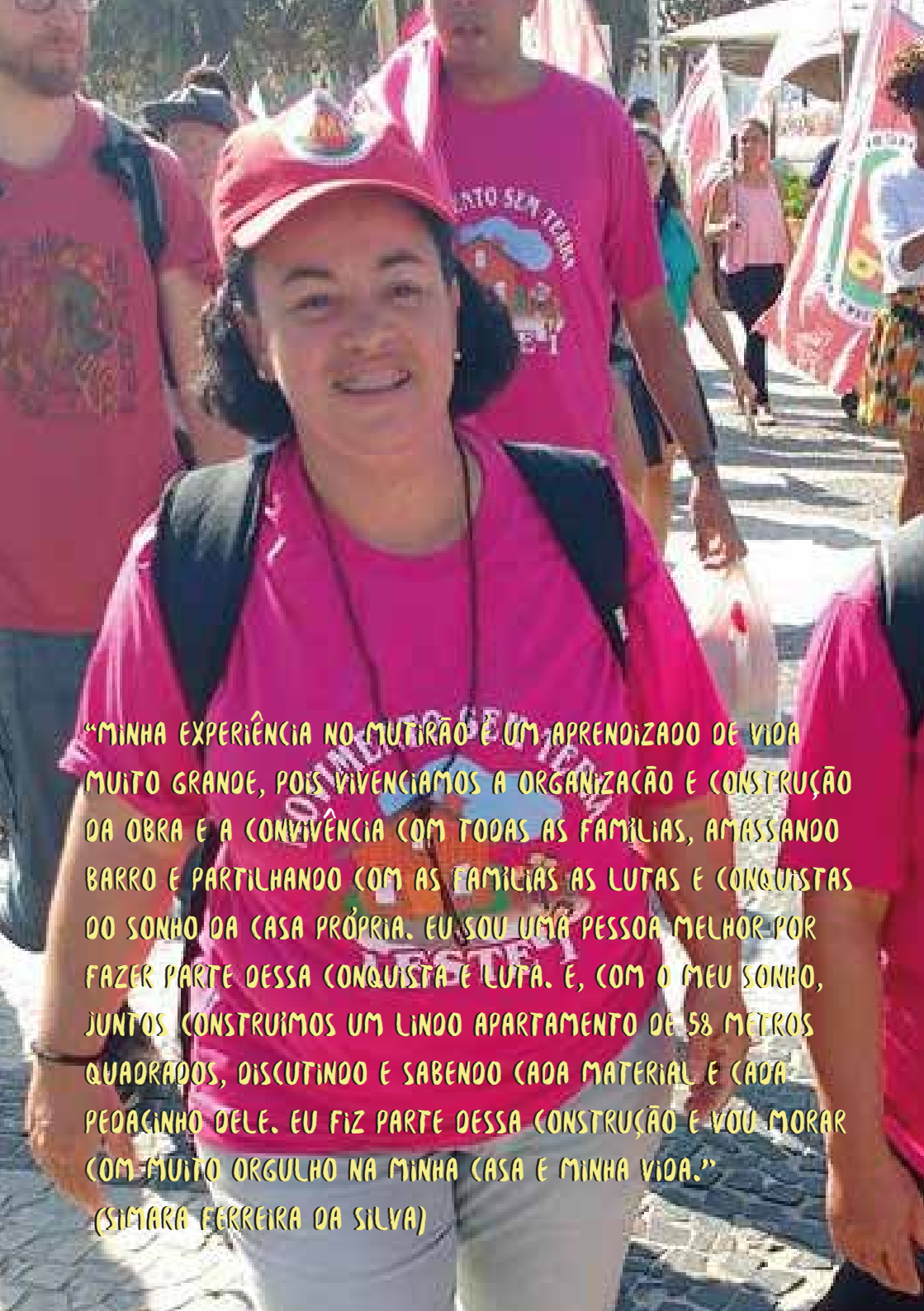


UMA PROPOSTA DE MUDANÇA DE PARADIGMAS

Apesar de ocorrer no marco do capitalismo, a produção social do hábitat por meio de autogestão concorre com elementos que não se inscrevem nessa ordem, como a produção coletiva, sem lucro, de moradias e territórios; a apropriação coletiva dos ganhos obtidos; a inclusão social como eixo fundamental; a transformação daquilo que o sistema considera como mercadoria em bem comum; assim como a negação da privatização dos bens sociais.

A proposta autogestionária de produção habitacional no Brasil nasce junto com o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar incorporando os princípios de construção de poder popular, descentralização do poder e disseminação da economia solidária, por meio de um processo de produção não mercantil que valoriza a moradia como direito e a cidade como território de realização de direitos. A política habitacional brasileira tem, historicamente, caminhado no sentido oposto ao priorizar a produção privada em todos os seus aspectos, inclusive aquelas financiadas ou subsidiadas com recursos públicos.

É preciso ampliar o apoio dado às propostas autogestionárias e à organização e capacitação dos movimentos para a viabilização de propostas. Sem política para o tema, permanece um caráter voluntarista e com dificuldade da ampliação da escala de atuação, além de restringir a participação de pequenos grupos que não contam com estrutura própria e/ou apoio externo, ou ainda abrindo caminho para práticas oportunistas e empresariais que destoam da proposta autogestionária. Entendemos que a proposta autogestionária na produção habitacional atua e constrói sua estratégia de lutas, empreendendo ações, ainda que pontuais, de resistência ao modelo dominante.

A young woman with dark hair, wearing a red baseball cap with a logo and a red t-shirt, is smiling broadly. She has a black backpack on. In the background, other people in red t-shirts and flags are visible, suggesting a parade or community event. The t-shirt she is wearing has a logo and the text 'SANTO SEN TERN' and '1931'.

“MINHA EXPERIÊNCIA NO MUTIRÃO É UM APRENDIZADO DE VIDA MUITO GRANDE, POIS VIVENCIAMOS A ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OBRA E A CONVIVÊNCIA COM TODAS AS FAMILIAS, AMASSANDO BARRO E PARTILHANDO COM AS FAMILIAS AS LUTAS E CONQUISTAS DO SONHO DA CASA PRÓPRIA. EU SOU UMA PESSOA MELHOR POR FAZER PARTE DESSA CONQUISTA E LUTA. E, COM O MEU SONHO, JUNTOS CONSTRUIMOS UM LINDO APARTAMENTO DE 58 METROS QUADRADOS, DISCUTINDO E SABENDO CADA MATERIAL E CADA PEDACINHO DELE. EU FIZ PARTE DESSA CONSTRUÇÃO E VOU MORAR COM MUITO ORGULHO NA MINHA CASA E MINHA VIDA.”

(SIMARA FERREIRA DA SILVA)

“ACREDITO QUE NOVOS E BELOS CAMINHOS AINDA SERÃO TRILHAOS
E DARÃO MUITOS FRUTOS EM OUTROS LUGARES E CONTEXTOS,
ATRAVÉS DOS TÉCNICOS E DAS PESSOAS QUE PARTICIPAM COM
AMOR E COERÊNCIA, QUE SE INTERESSARAM E QUE PUDEAM
COMPARTILHAR TODO O CONHECIMENTO AQUI ADQUIRIDO.
AGRADEÇO A TODA A EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ASSESSORIA.
E VIVA A LUTA DA TERRA!”
(TATIANE FORTUNATO)



“É UMA NOVA MANEIRA DE PENSAR A ORGANIZAÇÃO. A EXPRESSIVA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES, NAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS, TANTO EM SUA BASE COMO – MAIS RECENTEMENTE – NA DIREÇÃO E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO, TAMBÉM É A MARCA ENCONTRADA EM DIVERSOS PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS. NA ESFERA PRIVADA, A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES COMUNITÁRIAS TEM QUESTIONADO O PAPEL TRADICIONAL DA MULHER NA FAMÍLIA, INCLUSIVE NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. NA ESFERA PÚBLICA, É O RECONHECIMENTO E A PORTA PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, A MELHOR INSERÇÃO SOCIAL DE MULHERES. NA OBRA, 80% DOS TRABALHOS SÃO EXECUTADOS PELAS MULHERES. E UMA DAS COISAS MAIS IMPORTANTES DO MUTIRÃO, NO MEU PONTO DE VISTA, É A AMIZADE COM OS COMPANHEIROS E A IMPORTÂNCIA DE CONHECERMOS NOSSOS FUTUROS VIZINHOS.” (ZELINA PEREIRA DOS SANTOS)

Outro elemento é a forma de organização que se busca construir, baseada em relações horizontais de poder. Desde a tomada de decisão sobre como construir um processo autogestionário até a definição de cada etapa desse processo e da forma de enfrentamento das situações adversas, a organização de forma participativa é um requisito fundamental. Para isso, é necessário romper com uma cultura autoritária e elitista, presente, inclusive, nas organizações populares.

“A autogestão é, hoje em dia, algo mais do que uma possibilidade. As perspectivas do processo de autogestão são amplas. Realizamos muitas ações e demonstramos o que é um trabalho coletivo, no qual todos se engajam e planejam as ações. Penso que o inimigo principal da experiência com autogestão é a mentalidade política de alguns, que na maioria das vezes é controladora e autossuficiente. Esse é o perigo maior, porque, hoje em dia, o movimento habitacional tem plena capacidade de levar em frente a autogestão dos empreendimentos realizados.”

(Tatiane Fortunato)





PASSOS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

Essa experiência constrói comunidades mais atuantes, de baixo pra cima, conscientes de sua força e capacidade de lutar por direitos. Depois da casa, vem a luta por transporte, educação, saúde e outros direitos. Quem pegou o gosto pela participação, não aceita ser excluído, não fica mais parado.

A experiência da autogestão também expõe as mazelas das políticas de habitação tradicionais, mostrando que habitação social não é sinônimo de conjuntos feios, mal acabados e alvo preferido da criminalidade. As famílias são sujeitos de sua história e mostram que é possível produzir moradia de qualidade e comunidades vivas.

É preciso fortalecer as políticas públicas que apoiam esse tipo de ação e incluí-las na institucionalidade e nos orçamentos públicos. Em 2019, a União Nacional por Moradia Popular, em parceria com outras organizações, vai apresentar um projeto de lei para termos um Marco Legal da Autogestão no Brasil.

CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

Construir o direito a moradia de baixo para cima, com participação e fortalecimento da organização popular: esses são os princípios da produção habitacional com autogestão, implementada pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Não se trata apenas de construir casas, mas erguer os tijolos da cidadania com alicerces bem profundos.

